



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

NOTA DA DIRETORIA DO ANDES-SN SOBRE OS NOVOS CORTES NAS IES

No dia 12 de março o governo publicou no Diário Oficial da União a Lei nº 13.633 pela qual “Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018), em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde e do Desenvolvimento Social, crédito especial no valor de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), para atender à programação constante do Anexo I”, e simultaneamente estabelece que “Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II”.

Trata-se, em essência, de um corte dos investimentos na ordem dos 2 bilhões de reais nos seguintes órgãos: Ministério da Educação (R\$ 600.000.000), Ministério da Justiça e Segurança Pública (R\$ 224.734.791), Ministério da Saúde (R\$ 454.202.968), Ministério do Trabalho (R\$ 10.600.000), Ministério da Cultura (R\$ 13.307.174), Ministério da Defesa (R\$ 294.887.583), Ministério do Desenvolvimento Social (R\$ 400.000.000), Advocacia-Geral da União (R\$ 1.367.484), e Ministério dos Direitos Humanos (R\$ 900.000). Estes cortes destinam-se a financiar, em montante proporcional, as atividades do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (R\$ 600.000.000), do Fundo Nacional de Saúde (R\$ 1:000.000) e do Fundo Nacional de Assistência Social (R\$ 400.000). Observamos que nesta lei não há cortes no FIES, que beneficia principalmente aos proprietários das instituições particulares, endividando os jovens das camadas populares.

O corte de R\$ 600 milhões no MEC tem a seguinte composição:

Ministério da Educação	R\$
Ministério da Educação - Administração Direta	54.998.375
Universidade Federal do Ceará	36.154.808
Universidade Federal Fluminense	2.903.397
Universidade Federal de Minas Gerais	2.937.376

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: DIREITO DE TODOS, DEVER DO ESTADO.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

Universidade Federal do Rio Grande do Norte	10.919.336
Universidade Federal do Rio de Janeiro	2.903.397
Universidade Federal de Santa Catarina	2.778.404
Universidade Federal Rural de Pernambuco	6.355.000
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - HU da UFRRJ em Seropédica	2.903.397
Fundação Universidade Federal de Roraima	4.826.679
Fundação Universidade Federal do Tocantins - HU da Universidade Federal do Tocantins	25.357.956
Universidade Federal do Triângulo Mineiro	18.500.000
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	20.000.000
Universidade Federal de São Paulo	2.758.049
Universidade Federal Rural do Semi-Árido	3.815.794
Fundação Universidade de Brasília	14.384.606
Fundação Universidade Federal do Maranhão	12.143.830
Fundação Universidade Federal do Piauí	10.138.432
Fundação Universidade Federal de Sergipe *	16.899.358
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	2.964.360
Universidade Federal do Cariri	5.154.808
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação **	134.605.026
Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal da Bahia	40.000.000
Hospital Universitário Walter Cantídio (Ceará)	8.154.808
Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás	16.916.636
Instituto Federal de Alagoas	5.536.234
Instituto Federal do Ceará	9.309.616
Instituto Federal do Espírito Santo	11.859.514
Instituto Federal Goiano	4.011.790
Instituto Federal do Mato Grosso	4.053.300
Instituto Federal Catarinense	11.769.535
Instituto Federal de Sergipe	3.316.949
Instituto Federal do Acre	6.141.645
Instituto Federal do Amapá	50.000.000

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: DIREITO DE TODOS, DEVER DO ESTADO.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

Instituto Federal de Brasília	20.000.000
Instituto Federal de Santa Catarina	11.769.535
Instituto Federal de São Paulo	2.758.050

* Construção do Campus do Sertão e do prédio do Centro de Simulações e Práticas do Campus Universitário de Ciências de Saúde Prof. Antônio Garcia Filho - No Município de Lagarto (SE).

** Este fundo está composto por 4 rubricas: Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica (R\$ 38.800.154), Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais (R\$ 76.273.351), Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica (R\$ 5.000.000) e Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola (R\$ 14.531.521)

No item “Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação” há uma subrubrica com destinação às entidades de ensino superior não federais, com a seguinte composição:

Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais	R\$
Universidade Estadual do Piauí (UESPI) - No Estado do Piauí	6.831.626
Universidade Estadual de Goiás (UEG) - No Estado de Goiás	9.011.790
Universidade Estadual do Pará (UEPA) - No Estado do Pará	3.846.433
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) - No Estado do Rio Grande do Sul	2.899.669
Universidade Estadual do Maranhão (Uema) - No Estado do Maranhão	6.071.915
Universidade Estadual de Roraima - No Estado de Roraima	6.326.679
Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS) - No Estado do Tocantins	5.357.956
Universidade do Estado do Amapá (UEAP)	3.023.886
Custeio, Aquisição de Equipamentos e Material Permanente - No Estado da Bahia	30.000.000
Custeio, Equipamentos e Material Permanente - No Estado do Rio de Janeiro	2.903.397
Sub-total	76.273.351

Assim, continua a política de cortes dos investimentos sociais, e em particular na área da educação superior, que como já denunciada por nosso sindicato, padece de um subfinanciamento crônico de longa duração, que não foi resolvido pelos governos nestes últimos anos, e pelo contrário, a partir de 2015, apesar do *slogan* “Pátria Educadora” que o governo da época utilizava como sua marca, observa-se que o setor das IES começa a sofrer uma diminuição significativa do orçamento, que agora se aprofunda ainda mais. Naquela oportunidade, primeiramente as parcelas repassadas para as universidades deixaram de ser de 1/12 para passar a ser de 1/18. Finalmente, naquele

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: DIREITO DE TODOS, DEVER DO ESTADO.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior ano de 2015 foram cortados R\$ 10,6 bilhões, o que reduziu o orçamento autorizado para 2015 de cerca de R\$ 109 bilhões para aproximadamente R\$ 98 bilhões. O setor das federais do ANDES-SN respondeu com mobilizações e uma greve muito importante, compreendendo que se iniciava um ciclo de austeridade e cortes nos investimentos nas áreas sociais, que infelizmente se efetivou nos anos seguintes. No ano de 2016 o contingenciamento foi de R\$ 4,27 bilhões. A mesma situação aconteceu no ano passado e agora se reitera com novos cortes.

Entendemos, hoje, como já o fizemos no passado, que só a luta unificada do setor da educação, do(a)s servidore(a)s público(a)s e do conjunto da classe trabalhadora pode reverter este quadro de profunda negligência com a educação pública e os investimentos em Ciência e Tecnologia. Continuamos na luta. Com o FONASEFE e o FONACATE acabamos de protocolar a pauta unificada dos SPFs no MPOG e no dia 2 de março aconteceu a primeira reunião com o governo ainda sem nenhum resultado concreto. Estamos encaminhando também a pauta específica do ANDES-SN para o MEC com o objetivo de abrir negociações para a recomposição do orçamento das IFES e continuar a luta pela carreira, pelas condições de trabalho e pela valorização salarial.

Nenhum direito a menos!

Brasília, 15 de março de 2018

Diretoria do ANDES-Sindicato Nacional